

ENTRE BANDEIRAS E JOELHOS DOBRADOS: A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL LGBTI+ E O CONSERVADORISMO LONDRINENSE

Marcos Alexandre Sales¹  Guilherme Rodrigues Passamani² 
Raquel Kritsch¹ 

RESUMO

Este artigo analisa as dinâmicas do ativismo LGBTI+ em Londrina (PR), uma cidade marcada por forte hegemonia conservadora, a partir do estudo de caso da tentativa de criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTI+. Com base em uma abordagem qualitativa, foram utilizadas análise documental e estudo de caso, com foco em documentos públicos, materiais de movimentos sociais e reportagens. A pesquisa busca compreender as estratégias de resistência e articulação desenvolvidas pelos/as ativistas diante da rejeição do projeto de lei pela Câmara Municipal. Os resultados evidenciam que, mesmo com a derrota institucional, a mobilização ativista resultou em fortalecimento das redes locais, ocupação dos espaços digitais e construção de alianças intermovimentistas. A partir disso, conclui-se que o ativismo LGBTI+ em contextos conservadores opera não apenas por vias institucionais, mas também por meio de disputas simbólicas e territoriais, revelando formas criativas e resilientes de resistência política.

Palavras-chave: Ativismo LGBTI+, Conservadorismo, Londrina, Conselho Municipal, Resistência.

ABSTRACT

This article analyzes the dynamics of LGBTI+ activism in Londrina (Paraná, Brazil), a city marked by strong conservative hegemony, through a case study of the attempt to create the Municipal Council for the Rights of LGBTI+ People. Based on a qualitative approach, the study employed document analysis and case study methods, focusing on public records, materials from social movements, and media coverage. The research aims to understand the strategies of resistance and political articulation developed by activists in response to the rejection of the bill by the City Council. The findings show that, despite the institutional defeat, activist mobilization led to the strengthening of local networks, the occupation of digital spaces, and the formation of cross-movement alliances. It is concluded that LGBTI+ activism in conservative contexts operates not only through institutional channels but also through symbolic and territorial disputes, revealing creative and resilient forms of political resistance.

Keywords: LGBTI+ Activism, Conservatism, Londrina, Municipal Council, Resistance.

¹ Universidade Estadual de Londrina – UEL.

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Autor Correspondente: Marcos Alexandre Sales

E-mail: marcos_sales@live.com

Recebido em 24 de Setembro de 2024 | Aceito em 26 de Agosto de 2025.

1 INTRODUÇÃO

Desde 1978, com o advento do Grupo de Afirmação Homossexual (Grupo SOMOS), o ativismo LGBTI+ no Brasil vem ganhando destaque como movimento de resistência, diversidade e inclusão, sobretudo em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, há uma realidade pouco explorada quando se trata de luta política em cidades de médio porte, particularmente em contextos conservadores. A cidade de Londrina, no interior do Paraná, oferece um estudo de caso interessante. Reconhecida por suas agendas conservadoras, especialmente no que diz respeito aos valores familiares tradicionais, a cidade é um espaço desafiador para a atuação de movimentos que buscam a visibilidade e os direitos da população LGBTI+. Diante disso, o presente estudo propõe analisar as formas de mobilização e resistência desse grupo em Londrina mediante a um episódio em particular: a tentativa de criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTI+. Tal demanda surge a fim de compreender como o ativismo LGBTI+ londrinense se articulou e se adaptou ao contexto de hostilidade sociopolítica.

O contexto conservador brasileiro apresenta desafios específicos para as populações LGBTI+, e Londrina reflete essa complexidade. Na última década, as tensões políticas e culturais no Brasil se intensificaram, culminando em uma onda de conservadorismo marcada pela ascensão de lideranças políticas e movimentos sociais que promovem valores moralistas e anti-LGBTI+ (Biroli, Vaggione & Machado, 2020; Candau, 2008; Lacerda, 2019; Ramírez-Gálvez, Facioli & Ribeiro, 2024). Esse fenômeno trouxe retrocessos na implementação de políticas públicas de inclusão e proteção, além de intensificar discursos de ódio e discriminação. Em cidades do interior, como Londrina, esses desafios se tornam ainda mais palpáveis, uma vez que a influência de lideranças religiosas e políticas conservadoras tem uma presença significativa nas práticas cotidianas (Silva Júnior, Enoque & Saraiva, 2023).

Londrina, localizada no norte do estado do Paraná, é a segunda maior cidade do estado e um dos principais centros urbanos da região sul do Brasil. Com uma população de aproximadamente 580 mil habitantes, a cidade possui uma estrutura política que frequentemente adota posições alinhadas com pautas conservadoras, especialmente em questões sociais, como os direitos reprodutivos, a sexualidade e a família. Essa confluência de fatores faz de Londrina um terreno complexo para o desenvolvimento de qualquer tipo de ativismo progressista, especialmente o ativismo LGBTI+.

Diante desse cenário, as ativistas LGBTI+ na cidade precisaram lidar, não apenas com uma Câmara Municipal de Vereadores reacionária, mas criar estratégias na tentativa de implementar o Conselho Municipal LGBTI+. Essa demanda surgiu em 2008, quando houve na cidade uma Pré-Conferência LGBTI+ convocada e organizada por membros e entidades da sociedade civil e movimentos sociais (Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS, 2015). Contudo, a hostilidade cultural, as barreiras institucionais e a invisibilidade social impõem uma série de desafios tanto na organização política quanto na articulação de demandas.

Com a influência ideológica da extrema-direita a partir de 2015, movimentos anti-LGBTI+ começaram a utilizar a religião e a política para mitigar e marginalizar ainda mais essa população e sua luta por dignidade e cidadania. Essas forças conservadoras passaram a rotular a causa LGBTI+ como uma ameaça aos valores tradicionais da cidade, reforçando a ideia de que as pautas defendidas pelo movimento são incompatíveis com a moral local.

Apesar dos constantes ataques da ala conservadora londrinense, as/os ativistas LGBTI+ conseguiram se articular para não deixar apenas a narrativa da situação sob o julgo dos conservadores, mas antes pautar a cidade sobre a importância dessas discussões que estavam acontecendo na Câmara de Vereadores sobre essa população. As redes sociais têm sido uma ferramenta importante na difusão de informações e na

criação de espaços de debate, organização e engajamento político. Por meio de plataformas digitais, as/os ativistas conseguiram romper o isolamento geográfico e cultural imposto pela cidade e se conectar com outros movimentos do Brasil e do mundo, gerando uma rede de apoio materializada em um manifesto em apoio ao Conselho Municipal LGBTI+.

Portanto, este artigo visa explorar essas dinâmicas e entender como as/os ativistas LGBTI+ de Londrina se organizaram politicamente para pautar uma demanda necessária para o contexto em um ambiente político tão hostil quanto Londrina. A pesquisa se propõe a responder às seguintes perguntas: Quais são as principais estratégias utilizadas pelas/os ativistas LGBTI+ em Londrina para contornar os ataques advindos da ala conservadora da cidade? Quais debates surgiram na cidade após a discussão na Câmara? Qual a avaliação que as/os ativistas tiraram desse episódio? Ao abordar essas questões, a pesquisa não apenas ilumina as particularidades do ativismo em Londrina, mas também oferece um novo olhar sobre a luta por direitos em espaços conservadores de modo mais amplo.

A relevância deste estudo reside na sua contribuição para um campo ainda pouco explorado da literatura: o ativismo LGBTI+ em cidades de médio porte inseridas em contextos marcadamente conservadores. Enquanto a maior parte das pesquisas se concentra em grandes centros urbanos — onde há maior visibilidade institucional e respaldo político para as pautas LGBTI+ —, esta investigação volta-se a realidades onde o conservadorismo social, político e religioso impõe desafios específicos à mobilização. Londrina, ao conjugar forte presença conservadora com uma base ativista atuante, oferece um caso exemplar das disputas em torno da institucionalização de políticas de diversidade e da resistência simbólica em contextos adversos.

Ao focalizar uma cidade do interior do Paraná, a pesquisa amplia a compreensão sobre a relação entre território, política e identidade, evidenciando como o ativismo LGBTI+ é constantemente forçado a reinventar seus repertórios de ação, formas de articulação e estratégias de comunicação. O uso intensivo das redes sociais, a formação de alianças intermovimentistas e a criação de espaços informais de resistência revelam como essas práticas vão além da atuação institucional e constroem um campo de lutas dinâmico e multifacetado, mesmo sem o respaldo do Estado.

Ademais, ao privilegiar uma abordagem qualitativa baseada na análise documental e no estudo de caso, o artigo oferece uma perspectiva situada e interpretativa do ativismo local, valorizando as narrativas produzidas pelos próprios sujeitos envolvidos. Ao examinar manifestações públicas, postagens em redes sociais, cartas políticas e cobertura midiática, a pesquisa constrói uma leitura comprometida com os sentidos atribuídos pelas/os ativistas à experiência vivida durante a tramitação do projeto de lei do Conselho Municipal LGBTI+. Isso permite compreender como a resistência se expressa também nos âmbitos afetivo, simbólico e comunicacional, onde o enfrentamento das opressões se dá muitas vezes de forma sutil, mas profundamente política.

Em síntese, este estudo busca contribuir para o entendimento das geografias da resistência sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. Ao iluminar as estratégias de organização e enfrentamento utilizadas por ativistas LGBTI+ em Londrina, oferece subsídios teóricos e empíricos para repensar o ativismo em contextos de conservadorismo moral, reforçando a importância de olhares descentralizados e atentos à diversidade de formas de luta que emergem fora dos grandes centros urbanos.

2 O CASO EM QUESTÃO: A TENTATIVA DE CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI+ EM LONDRINA

Os conselhos municipais configuram-se como instâncias fundamentais de participação popular nas decisões públicas em nível local, funcionando como espaços institucionais de deliberação, consulta e controle social. Conforme apontam Martins, Martins, Oliveira e Soares (2008), essas estruturas ampliam o diálogo entre Estado e sociedade civil, permitindo que demandas específicas de determinados grupos sociais sejam formalmente incorporadas à agenda pública. Esses conselhos têm a atribuição de elaborar planos, revisar políticas públicas, propor legislações, produzir diagnósticos e fomentar a produção de dados, contribuindo para a construção de políticas mais responsivas e inclusivas (Santos; Santos; Silva; Santos & Soares, 2013). Nesse modelo, o poder é compartilhado entre representantes da sociedade civil e do poder público, viabilizando a coprodução de decisões e o reconhecimento da diversidade de sujeitos políticos no âmbito municipal (Carvalho & Teixeira, 2000; Ramos, Cezare, Vendramini, Coutinho, Reis & Fernandes, 2012)

No caso da população LGBTI+, a reivindicação por participação institucionalizada através de conselhos municipais de políticas públicas surge com maior força a partir da década de 1990, acompanhando o crescimento do movimento organizado e a institucionalização das conferências temáticas (Trevisan, 2018; Vicenzi, 2021). Ainda assim, a efetivação desses espaços no Brasil se deu de forma lenta e desigual, com avanços concentrados em contextos mais progressistas. No estado do Paraná, por exemplo, o primeiro conselho municipal LGBTI+ foi criado apenas em 2016, no município de Ponta Grossa. Já em Curitiba, capital do estado, a aprovação do conselho só ocorreu em 2023.

É importante lembrar que o Paraná conta, desde 2013, com um Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que inclui entre seus objetivos estratégicos a criação e fortalecimento de mecanismos de participação popular (Paraná, 2013). No entanto, a implementação local dessas diretrizes tem enfrentado obstáculos estruturais e culturais, sobretudo em cidades com forte presença conservadora.

Vale destacar ainda que a origem desses conselhos frequentemente está atrelada às conferências LGBTI+, nas quais são discutidas as diretrizes das políticas públicas e realizadas as eleições de representantes. Tal dinâmica evidencia o valor simbólico e político desses espaços para o movimento: os conselhos representam uma conquista institucional que legitima a interlocução direta entre o Estado e a população LGBTI+. Até o momento, o Paraná possui dois conselhos formalmente instituídos e um comitê em funcionamento (Foz do Iguaçu), enquanto outras cidades, como Cascavel, iniciaram discussões por meio de audiências públicas, mas ainda sem desdobramentos concretos.

Em Londrina, a demanda pela criação de um Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTI+ teve início na Pré-Conferência de 2008 e foi reforçada na Conferência Municipal LGBTI+ de 2015. No entanto, devido à ausência de iniciativa por parte do poder público municipal à época, a proposta permaneceu estagnada por mais de uma década. Foi somente em 2021 que o tema voltou à pauta institucional, após articulações entre o Fórum LGBTI+ de Londrina e Região, a Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS (ALIA) e a gestão municipal. Em meio a esse diálogo, o então prefeito Marcelo Belinati (PP) solicitou às entidades um esboço do projeto de lei, que foi prontamente elaborado e entregue pelos/as ativistas como parte de um esforço acumulado de anos de discussão e mobilização.

Em abril de 2021, o Projeto de Lei n.º 76/2021 (Londrina, 2021) foi oficialmente protocolado na Câmara Municipal de Londrina, propondo a criação de um conselho consultivo, de caráter voluntário e com foco na formulação de políticas públicas voltadas à população LGBTI+. A proposta, construída coletivamente entre representantes da sociedade civil e o poder público, materializava uma antiga reivindicação do movimento e se alinhava às diretrizes de participação popular previstas em legislações e conferências nacionais.

Contudo, tão logo os primeiros vereadores tiveram acesso ao conteúdo do projeto, iniciou-se uma intensa campanha de oposição por parte de setores conservadores da cidade¹. Apesar de o conselho proposto possuir apenas caráter consultivo, opositores passaram a divulgar uma narrativa distorcida, afirmando que se tratava de um órgão deliberativo cujos membros receberiam remuneração dos cofres públicos. Essa campanha de desinformação, alimentada por discursos moralistas e conservadores, ganhou fôlego nas redes sociais e foi amplamente repercutida por veículos de comunicação locais — tanto da mídia tradicional quanto de canais independentes.

A polarização em torno do projeto evidenciou um embate maior: de um lado, estavam as/os ativistas que, ancorados na trajetória histórica de lutas e conferências municipais, defendiam a legitimidade e a urgência da criação do conselho como mecanismo de escuta e formulação de políticas públicas. De outro, emergia um discurso alarmista pautado no medo e no moralismo, que evocava fantasmas como a “ideologia de gênero” e atribuía ao conselho um poder que ele, na prática, não teria. A disputa narrativa extrapolou os muros da Câmara Municipal, tornando-se tema de debate público na cidade e expondo as tensões entre direitos humanos e conservadorismo religioso-político no contexto local.

O debate em torno do Projeto de Lei nº 76/2021 rapidamente escalou para um novo patamar de conflito simbólico e político. Enquanto os/as ativistas LGBTI+ percorriam a cidade em busca de apoio institucional e mobilizavam a sociedade civil, setores conservadores intensificavam, por meio das redes sociais, uma campanha de desinformação sobre o conteúdo e os objetivos do conselho proposto. As narrativas falsas afirmavam que o órgão teria poder deliberativo e implicaria em custos para os cofres públicos, o que contrariava frontalmente o texto do projeto — de caráter consultivo e voluntário. Além disso, evocava-se o espectro da chamada “ideologia de gênero”, criando um ambiente de pânico moral em torno da proposta².

Em resposta, os/as ativistas atuaram fortemente dentro e fora da Câmara Municipal, promovendo reuniões com os parlamentares, produzindo materiais explicativos e mobilizando suas redes de apoio³. No dia 9 de setembro de 2021, sob crescente pressão dos grupos conservadores, o projeto foi retirado de pauta a pedido do prefeito, por meio de seu representante na Casa Legislativa. Na mesma data, manifestantes vinculados à Igreja Batista e a movimentos religiosos de orientação fundamentalista compareceram em frente à Câmara, munidos de faixas com frases baseadas nas distorções circuladas online, exigindo o arquivamento do projeto e uma audiência com o chefe do Executivo municipal.

Esse episódio ocorreu em paralelo ao contexto da cidade vizinha de Maringá, que também teve seu projeto de criação de conselho LGBTI+ rejeitado pela Câmara Municipal no mesmo período. As semelhanças entre os discursos, estratégias e atores envolvidos em ambos os casos indicam um *modus operandi* articulado entre as frentes conservadoras da região, embora a resposta da militância local tenha variado conforme as dinâmicas políticas e as redes existentes em cada cidade.

Durante a tramitação do projeto em Londrina, diferentes atores foram acionados na tentativa de legitimar posicionamentos ideológicos. Enquanto a oposição buscava respaldo em conselhos de pastores, igrejas evangélicas e setores da hierarquia católica local, os/as defensores/as do conselho organizaram uma resposta estratégica: uma carta de apoio elaborada pelo Fórum LGBTI+ de Londrina e Região. O documento, que clamava por “Verdade, Ciência, Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito”, recebeu o apoio de mais de 200 entidades e personalidades públicas, incluindo ex-prefeitos, professores/as universitários/as, parlamentares, coletivos culturais, bares, boates,

1 Ver mais em: <https://cblondrina.com.br/materias/apos-protesto-e-divulgacao-de-fake-news-camara-retira-de-pauta-proje-to-que-preve-a-criacao-do-conselho-municipal-dos-direitos-lgbt-em-londrina>

2 A manifestação do perfil “Guardiões da Fé Católica” no Facebook, evidencia a reação dos setores religiosos mais conservadores em relação ao parecer positivo do Arcebispo de Londrina, Dom Geremias Steinmetz à criação do Conselho. Ver em: <https://www.facebook.com/share/v/16oFNTB5fC/>

3 Aqui está o link de alguns perfis que compartilharam artes informativas a respeito do Conselho. <https://www.facebook.com/share/p/1C3YnzmCWG/>; <https://www.facebook.com/share/p/16gtkRKTDe/>.

torcidas organizadas e grupos religiosos progressistas⁴. Essa manifestação expressiva evidenciou a amplitude da articulação em defesa da política proposta.

No dia 23 de setembro de 2021, um dia após a ampla divulgação da carta, o projeto voltou à pauta da Câmara. Cientes da votação, os/as ativistas intensificaram a mobilização nas redes sociais, na mídia local e por meio do “boca a boca”. Chamaram a comunidade LGBTI+ e aliados/as a comparecerem ao plenário, pressionando os vereadores ainda indecisos. A mobilização foi massiva e diversa: boates rivais uniram forças na divulgação, pessoas até então distantes da militância compareceram em apoio, e o debate se instalou com força no espaço público. Por outro lado, o campo conservador também se mobilizou novamente, com maior volume e presença, portando faixas e entoando cânticos religiosos em oposição ao projeto.

Ao final da votação, com 12 votos contrários entre os 19 vereadores presentes, a proposta foi rejeitada⁵. De um lado, os manifestantes conservadores comemoraram com rezas e gritos de “glória a Deus”; do outro, ativistas lamentaram a derrota já antecipada, considerando a composição majoritariamente conservadora da Câmara. Ainda assim, muitos/as reconheceram que o processo foi politicamente vitorioso em outros aspectos⁶.

Alguns relatos indicam que, apesar do revés, o movimento saiu fortalecido: o episódio expôs os mecanismos de desinformação utilizados pela oposição, gerou visibilidade para a pauta LGBTI+ e ampliou alianças que podem se desdobrar em novas estratégias de ação. A curta janela de negociação com o poder público e o perfil conservador da maioria dos parlamentares foram reconhecidos como obstáculos estruturais, mas também serviram de lição para futuros enfrentamentos. Em síntese, a derrota no campo institucional abriu caminho para avanços simbólicos e organizativos, recolocando o movimento em nova posição para lutar por suas pautas históricas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, centrada no método de estudo de caso, com foco na tentativa de criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTI+ em Londrina (PR). A escolha dessa estratégia metodológica fundamenta-se na necessidade de compreender os significados, as estratégias e os enfrentamentos construídos por ativistas LGBTI+ em um contexto local marcado por forte presença conservadora, religiosa e política.

Segundo Yin (2014), o estudo de caso é adequado para investigações que buscam explorar fenômenos contemporâneos dentro de seus contextos reais, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Londrina configura-se como um caso revelador por reunir características que tensionam o ativismo LGBTI+: é uma cidade de médio porte com forte hegemonia conservadora, o que torna as dinâmicas de resistência e mobilização particularmente complexas.

A pesquisa também utilizou a técnica de análise documental (Bowen, 2009) como principal fonte de dados empíricos. Foram examinados documentos produzidos por coletivos LGBTI+ locais (como a Carta de Apoio e algumas postagens apresentadas nas notas), documentos institucionais (como o PL N^o 76/2021 e o registro da 62^a Sessão Ordinária do dia 23 de setembro de 2021⁷) e reportagens veiculadas na mídia tradicional e independente da cidade. Essa diversidade de fontes possibilitou a triangulação dos dados (Denzin, 1989), fortalecendo a validade da análise ao permitir a comparação entre narrativas institucionais, midiáticas e ativistas.

4 É possível acessar a carta de apoio aqui: <https://redelume.com.br/wp-content/uploads/2021/09/carta-de-apoio-conselho-municipal-lgbt-atualizada-em-22.09.2021-16h40.pdf>.

5 Ver mais em: <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/camara-rejeita-criacao-do-conselho-lgbt-de-londrina-3113576e.html?d=1>

6 Ver mais em: <https://redelume.com.br/2021/09/23/mesmo-com-rejeicao-ao-conselho-militantes-veem-movimento-lgbt-fortalecido/>.

7 62^a Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Londrina (23/09/2021) ocasião em que se votou o PL N^o 76/2021. Ver em: <https://www.youtube.com/live/U9Hwe2x2zWI?si=cEu5bxyLuKUJviq0>.

O processo de análise dos documentos seguiu o procedimento de codificação temática (Saldaña, 2025), com identificação de padrões discursivos relacionados às estratégias de resistência, às reações institucionais e às formas de enfrentamento simbólico e político por parte do movimento. As categorias analíticas emergiram do material empírico em diálogo com a literatura sobre movimentos sociais, conservadorismo e ativismo LGBTI+ em contextos periféricos (Butler, 2023; Scott, 1992; Tilly & Tarrow, 2007).

Além disso, adotou-se uma perspectiva interpretativa (Geertz, 2014), buscando compreender os significados atribuídos pelas/os próprias/os ativistas aos eventos em questão, com atenção às suas vozes, linguagens e modos de narrar a experiência política. Ainda que não tenham sido realizadas entrevistas formais, foram incorporadas expressões públicas dos/as ativistas extraídas, principalmente, de redes sociais e declarações a veículos de mídia, sempre respeitando os critérios éticos de uso de dados em domínio público.

Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa se insere no campo dos estudos sociais críticos, reconhecendo o saber produzido pelos movimentos sociais como legítimo e estratégico para a compreensão da realidade social. Conforme argumenta Santos (2006), é necessário valorizar as epistemologias do Sul, que partem das experiências de sujeitos historicamente marginalizados como ponto de partida para a produção de conhecimento.

4 RESULTADOS À LUZ DA LITERATURA

Nesta seção, analisamos e interpretamos os resultados da pesquisa à luz das teorias e estudos que compõem a revisão da literatura. A discussão foca em como as/os ativistas LGBTI+ enfrentaram a ameaça conservadora, tanto da CML, quanto da sociedade, a fim de tentar criar o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTI+, explorando as tensões entre resistência e opressão, as estratégias utilizadas pelas/os ativistas e o impacto dessas ações na comunidade local. Os principais resultados são organizados em torno de quatro temas centrais: (1) o conservadorismo local como força opressiva, (2) as estratégias de resistência das/os ativistas LGBTI+, (3) a importância dos espaços digitais, e (4) os desafios e oportunidades do ativismo no pós evento.

4.1 O CONSERVADORISMO LOCAL COMO FORÇA OPRESSIVA

Os dados coletados ao longo da pesquisa evidenciam com clareza que o conservadorismo em Londrina exerce um papel central na construção das barreiras enfrentadas pela população LGBTI+. Como observa Lacerda (2019), esse conservadorismo está profundamente enraizado em valores religiosos, sobretudo de matriz evangélica, que influenciam tanto as políticas públicas quanto as normas sociais vigentes na cidade. Esse contexto dialoga com a noção de “hegemonia conservadora” proposta por Gross (2001), segundo a qual a ideologia dominante não apenas marginaliza grupos dissidentes, mas também legitima a opressão por meio de discursos políticos e religiosos.

Os relatos dos/as ativistas LGBTI+, tanto em entrevistas quanto em publicações em suas redes sociais, revelam experiências cotidianas marcadas por discriminação estrutural, estigma e preconceito. A análise documental, que inclui reportagens da imprensa local e legislação vigente, reforça esse cenário, demonstrando uma tendência histórica de políticas públicas excludentes ou insuficientes. Um exemplo disso é a única legislação municipal voltada à proteção da população LGBTI+, sancionada em 2002, que permanece desatualizada: ela trata apenas da discriminação por orientação sexual, ignorando as violências baseadas em identidade de gênero, expressão de gênero e interseccionalidades.

É importante ressaltar que o conservadorismo em Londrina não se manifesta apenas no campo político, mas também no tecido social e cultural da cidade. Ele permeia práticas cotidianas, relações interpessoais e mecanismos informais de controle social, limitando drasticamente as possibilidades de visibilidade e de afirmação das identidades LGBTI+ e de outros grupos marginalizados. Essa leitura corrobora os estudos de Tilly e Tarrow (2007), que apontam que o conservadorismo tende a operar de forma mais intensa e opressiva em cidades de pequeno e médio porte, onde a vigilância moral e comunitária é mais presente e efetiva.

Esse ambiente de constante vigilância contribui para a reprodução da autocensura e da invisibilidade, levando muitas pessoas LGBTI+ a adotarem estratégias de sobrevivência como a “passagem” (Goffman, 1981) – ou seja, o ocultamento ou a suavização da própria identidade de gênero ou orientação sexual como forma de proteção diante do risco de discriminação. Essa opressão difusa não apenas restringe a ação política, mas também compromete o bem-estar psicológico e emocional dessas populações, conforme alerta Meyer (2003) em sua teoria do estresse de minoria, que associa a exposição contínua a ambientes hostis à deterioração da saúde mental de grupos estigmatizados.

4.2 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DAS/OS ATIVISTAS LGBTI+

Apesar das restrições impostas pelo conservadorismo local, os/as ativistas LGBTI+ de Londrina têm desenvolvido um conjunto diversificado de estratégias de resistência para enfrentar os múltiplos desafios do contexto. Uma das principais táticas identificadas é a criação de espaços alternativos de mobilização — redes de apoio, grupos informais e articulações pontuais que vão além das estruturas tradicionais dos coletivos estabelecidos. Esses espaços funcionam como zonas de segurança e coordenação, permitindo tanto o monitoramento do debate público sobre o Conselho Municipal quanto o diálogo estratégico com diferentes setores da sociedade. Conforme argumenta Scott (1992), a constituição de formas de “infrapolítica” é fundamental em contextos opressivos, pois oferece às comunidades marginalizadas possibilidades de articulação que escapam ao controle direto das elites institucionais.

Outra estratégia relevante tem sido o uso de ações performativas como instrumento de subversão simbólica das normas conservadoras. A realização da Parada Cultural LGBTI+ e de manifestações públicas em Londrina, mesmo diante de resistência por parte das autoridades locais e de setores conservadores da sociedade civil, pode ser interpretada como uma forma de “ocupação simbólica” do espaço urbano (Butler, 2023). Tais eventos, ao mesmo tempo em que conferem visibilidade à comunidade LGBTI+, funcionam como atos políticos que desestabilizam a hegemonia normativa da heterocisnormatividade local e produzem narrativas alternativas de pertencimento e cidadania.

Um terceiro eixo importante das estratégias de resistência diz respeito ao ativismo colaborativo. Diversos relatos evidenciam o fortalecimento de alianças com outros movimentos sociais, como os movimentos feministas, antirracistas e de defesa dos direitos humanos. Essas articulações têm permitido a ampliação das pautas e a construção de uma frente mais robusta de enfrentamento ao conservadorismo. Trata-se de um ativismo interseccional que reconhece a multiplicidade e a sobreposição das opressões, conforme proposto por Collins e Bilge (2021) em sua teoria da interseccionalidade. Ao construir solidariedades com outras lutas, o movimento LGBTI+ de Londrina expande seu alcance político e aumenta sua capacidade de pressão, tornando-se mais eficaz na disputa por reconhecimento e direitos.

4.3 A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS DIGITAIS

Uma das descobertas mais relevantes desta pesquisa diz respeito ao papel central que os espaços digitais desempenham na mobilização e organização do ativismo LGBTI+ em Londrina, especialmente no contexto do caso analisado. Em uma cidade onde o conservadorismo impõe severas restrições à visibilidade pública e ao acesso a espaços físicos seguros, as plataformas digitais emergem como arenas fundamentais de resistência e articulação política. Ferramentas como TikTok, Instagram e WhatsApp têm sido amplamente utilizadas por ativistas para compartilhar informações, convocar ações e formar redes de apoio, superando as barreiras impostas pelo ambiente físico. Um exemplo emblemático foi a articulação entre ativistas de Londrina e Maringá, que utilizaram esses canais para acompanhar e reagir, em tempo real, às movimentações das respectivas Câmaras Municipais durante a tramitação dos projetos de criação dos Conselhos LGBTI+.

A análise das campanhas e eventos online promovidos por coletivos e indivíduos da comunidade LGBTI+ local revela um grau crescente de sofisticação na forma de uso dos meios digitais. Campanhas de conscientização são frequentemente lançadas em datas simbólicas, como o Dia do Orgulho LGBTI+ (28 de julho), com o objetivo de ampliar a visibilidade das pautas e engajar diferentes públicos. Essa presença digital tem permitido que o ativismo transcenda fronteiras geográficas, alcançando apoiadores de outras cidades e estados e criando uma rede ampliada de solidariedade e repercussão.

Além disso, as redes sociais funcionam como um espaço relativamente mais seguro para aqueles/as que, devido ao medo de represálias, evitam se expor em manifestações públicas. Essa dimensão de segurança simbólica é particularmente importante em cidades conservadoras como Londrina, onde o ativismo de rua frequentemente enfrenta hostilidade explícita. Nesse sentido, as análises de Castells (2013) são elucidativas ao demonstrar como os espaços digitais reconfiguram as possibilidades de ação coletiva, desafiando estruturas tradicionais de poder e criando novos formatos de participação política descentralizada.

A partir do exame empírico do caso, fica evidente que as redes digitais desempenharam um papel estratégico na organização e mobilização dos/as ativistas durante o processo de votação do Projeto de Lei nº 76/2021. No entanto, esse ambiente também apresenta contradições: embora ofereça um campo fértil para articulação política, é igualmente um espaço onde a desinformação circula de forma intensa e desregulada. A militância local, ciente desse paradoxo, tem buscado atuar com cautela, utilizando as redes tanto para mobilizar quanto para disputar narrativas e combater as *fake news* amplamente disseminadas pelos setores conservadores.

4.4 OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO ATIVISMO NO PÓS EVENTO

Algumas ativistas relataram, por meio de suas redes sociais, que apesar da derrota legislativa, o processo de mobilização em torno do projeto do Conselho Municipal LGBTI+ gerou efeitos positivos e abriu espaço para reflexões e oportunidades. No entanto, os desafios previamente identificados pelas/os ativistas — já presentes antes mesmo da interlocução com o Executivo municipal — permaneceram após o desfecho da votação, evidenciando não necessariamente uma falta de esforço, mas sim um sentimento de esgotamento, desesperança e desânimo diante da conjuntura política local.

Entre os principais obstáculos apontados, destaca-se a escassez de recursos materiais e a ausência de uma infraestrutura adequada para sustentar ações políticas contínuas e redes de resistência. A precariedade de meios dificulta a realização de reuniões, a elaboração de estratégias de longo prazo e a manutenção da mobilização. Tradicionalmente, parte significativa da militância LGBTI+ em Londrina contava com o suporte de organizações da sociedade civil, como a Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS (ALIA), que

fornecia estrutura física e apoio institucional. Com o encerramento das atividades da ALIA, os coletivos locais passaram a atuar de forma fragmentada e pontual, deixando de propor debates amplos e se limitando, muitas vezes, a reagir às investidas conservadoras (Sales, 2024).

Por outro lado, surgem também oportunidades importantes no horizonte. A convocação da Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, prevista para o ano de 2025, representa uma possibilidade concreta de reorganização do movimento local. A experiência prévia demonstra que as conferências foram espaços estratégicos para o surgimento de pautas como a criação do Conselho Municipal — o que reforça o potencial transformador desses encontros. A etapa municipal da conferência já conta com o apoio de diversas redes institucionais e militantes, como a Coordenação de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Cidadania do Paraná e a Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Espera-se que, a partir desse novo ciclo, possam emergir propostas de organização política que superem os limites impostos pelo conservadorismo institucionalizado na cidade. A rearticulação em torno da conferência pode não apenas reanimar o movimento local, mas também gerar novas formas de resistência que vão além da luta pela criação do conselho, ampliando o repertório político das/os ativistas e fortalecendo sua capacidade de incidência sobre as políticas públicas.

Por fim, é importante destacar que o ativismo LGBTI+ em Londrina está inserido em uma dinâmica de mudança. Embora o conservadorismo ainda seja predominante, as/os ativistas de diversos movimentos sociais têm expressado otimismo em relação ao futuro das lutas na cidade. Elas/es acreditam que as novas gerações, com maior acesso à educação e informação, estão começando a questionar os valores conservadores e a apoiar os direitos LGBTI+ e demais minorias sociais. Essa mudança geracional pode abrir novas possibilidades para a luta política, seja em Londrina, seja no resto do Brasil, em especial nas cidades interioranas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a tentativa de criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTI+ em Londrina como um caso paradigmático das tensões entre ativismo e conservadorismo em cidades de médio porte no Brasil. A pesquisa revelou que, embora o projeto de lei tenha sido rejeitado, o processo político desencadeado pela mobilização ativista contribuiu para o fortalecimento das redes de resistência locais e para o amadurecimento das estratégias de organização frente a um cenário adverso.

Do ponto de vista acadêmico, o artigo contribui para preencher uma lacuna na literatura sobre ativismo LGBTI+ em contextos periféricos e conservadores. Enquanto grande parte dos estudos concentra-se nas metrópoles brasileiras, esta pesquisa ilumina as dinâmicas de mobilização em um espaço marcado por forte hegemonia religiosa e moral. Ao fazê-lo, amplia-se a compreensão sobre as geografias da resistência sexual e de gênero no Brasil contemporâneo.

No campo investigativo, o uso de uma abordagem metodológica que combina estudo de caso, análise documental e perspectiva interpretativa permitiu uma compreensão densa e situada do fenômeno analisado. A triangulação de fontes e a atenção às narrativas ativistas geraram uma leitura que privilegia o olhar dos sujeitos envolvidos, algo fundamental para estudos que pretendem dialogar com os saberes dos movimentos sociais.

Já no campo profissional e institucional, a pesquisa oferece subsídios importantes para gestores públicos, conselhos de direitos e organizações da sociedade civil que atuam com políticas de diversidade sexual e de gênero. Ao mapear os obstáculos enfrentados pelos ativistas londrinenses e as estratégias desenvolvidas para contorná-los, o estudo contribui com recomendações práticas sobre como formular políticas mais sensíveis aos contextos locais e menos suscetíveis às pressões morais e religiosas.

Por fim, o caso analisado indica que o ativismo LGBTI+ em Londrina não se limita à luta institucional. Ao ocupar espaços simbólicos, digitais e comunitários, o movimento reinventa formas de engajamento e disputa narrativa, revelando a vitalidade das resistências mesmo em ambientes hostis. A expectativa, a partir dos novos ciclos de conferências e da rearticulação de redes, é que outras formas de institucionalização do debate LGBTI+ surjam, não apenas como política pública, mas como direito à cidadania plena.

REFERÊNCIAS

- Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS. (2015). *Relatório Final—1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de Londrina*. ALIA.
- Biroli, F., Vaggione, J. M., & Machado, M. das D. C. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: Disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo Editorial.
- Bowen, G. A. (2009). Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Butler, J. (2023). *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”* (2ª edição). N-1 Edições.
- Candau, V. M. (2008). Direitos humanos, educação e interculturalidade: As tensões entre igualdade e diferença. *Revista Brasileira de Educação*, 13, 45–56. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000100005>
- Carvalho, M. do C. A., & Teixeira, A. C. C. (2000). *Conselhos gestores de políticas públicas*. <http://bibliotecadigital.abong.org.br/jspui/handle/11465/1503>
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet* (2ª edição). Zahar.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (with Souza, R., & Bueno, W.). (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.
- Denzin, N. K. (1989). *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. Pearson College Div.
- Geertz, C. (2014). *A Interpretação das Culturas*. LTC.
- Goffman, E. (1981). *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (4ª edição). LTC.
- Gross, L. (2001). *Up From Invisibility: Lesbians, Gay Men, and the Media in America*.
- Lacerda, M. B. (2019). *O novo conservadorismo brasileiro: De Reagan a Bolsonaro*. Zouk.
- Martins, M. F., Martins, S., Oliveira, A. R. de, & Soares, J. B. (2008). Conselhos Municipais de Políticas Públicas: Uma análise exploratória. *Revista do Serviço Público*, 59(2), Artigo 2. <https://doi.org/10.21874/rsp.v59i2.144>
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, Social Stress, and Mental Health in Lesbian, Gay, and Bisexual Populations: Conceptual Issues and Research Evidence. *Psychological bulletin*, 129(5), 674–697. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674>
- Paraná, S. de E. da J., Cidadania e Direitos Humanos. (2013). *Plano Estadual de Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Paraná*. Governo do Estado do Paraná. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/plano_estadual_direitos_lgbt.pdf
- Projeto de Lei Nº 76 de 26 de abril de 2021. *Dispõe sobre a criação, composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos LGBT*. (2021). https://www.cml.pr.gov.br/softcam/popup/index.php?pagina=pasta_digital&documento_tipo=proposicao&documento=12300.
- Ramírez-Gálvez, M., Facioli, L., & Ribeiro, L. (2024). “Meu filho, minhas regras”: Pânicos morais, direitos sexuais e o projeto neoliberal de educação na cidade de Londrina (PR). Em H. B. de Almeida & C. E. Henning (Orgs.), *Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo* (p. 98–136). Cegraf UFG.

- Ramos, M. de F., Cezare, J. P., Vendramini, P. R. J., Coutinho, S. M. V., Reis, T. S., & Fernandes, V. (2012). Conselhos setoriais: Perfil dos conselheiros e sua influência na tomada de decisão. *Saúde e Sociedade, 21*, 61–70. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000700006>
- Saldaña, J. (2025). *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. SAGE Publications Ltd.
- Sales, M. A. (2024). *Vivências LGBTI+ no interior do Paraná: Entre o fervo e a luta em Londrina* [Dissertação (Mestrado em Sociologia)]. Universidade Estadual de Londrina.
- Santos, B. de S. (2006). *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências' revisitado*. Cortez.
- Santos, L. dos, Santos, L. D., Silva, R. R. do N., Santos, J. da S., & Soares, K. C. (2013). *A importância da participação popular no Conselho Municipal de Educação do município de Estância/SE*. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís. <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/aimportanciadaparticipacaopopularnoconselhomunicipal.pdf>
- Scott, J. C. (1992). *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts* (Reprint edition). Yale University Press.
- Silva Júnior, I. B. da, Enoque, A. G., & Saraiva, L. A. S. (2023). Territorialidade e representação neopentecostais: Quando política e religião se entrecruzam. *Estudos de religião, 37*(1), 271–289.
- Tilly, C., & Tarrow, S. (2007). *Contentious politics* (1º ed). Paradigm Publishers.
- Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (1º ed). Objetiva.
- Vicenzi, P. D. (2021). *Sujeitos, cores e entraves: Uma etnografia virtual e pandêmica do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas*. [Dissertação (Mestrado em Política Social e Direitos Humanos)]. Universidade Católica de Pelotas.
- Yin, R. K. (2014). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (5ª edição). Bookman.